

A DIDÁTICA E AS TEORIZAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO: A PRODUÇÃO DE ESTUDOS SOBRE ENSINO

RAÍZES DOS DISCURSOS SOBRE ENSINO – PERSPECTIVAS DA INTELIGÊNCIA

BISSERET, Noëlle. A ideologia das aptidões naturais. In: DURAND, José C. (org.). *Educação e hegemonia de classes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Face a face com as desigualdades reais que perpetuou tomando o poder político e reforçando o seu poder econômico, a classe burguesa vai segregar uma ideologia que lhe permitirá justificar essas desigualdades, para reduzir uma oposição ameaçadora a seus novos privilégios. Essa confrontação, na verdade, lhe é muito mais crucial, na medida em que ela não pode recusar o princípio da igualdade, em cujo nome reivindicou seus direitos face à nobreza. Por isso, não cessa de afirmar: sendo todos livres e iguais no direito, o destino do ser humano não depende mais da ordem estabelecida, mas das capacidades individuais. Vai, dessa forma, se consolidar como classe negando àqueles que ela submete ao seu poder político e econômico as qualidades essenciais de inteligência, mérito e responsabilidade, que atribui a si própria e que justificam sua dominação.

As pesquisas antropométricas vão servir de suporte a essa ideologia e lhe trazer uma garantia científica. A antropologia física e a craniometria suscitam interesse crescente: Maximilien Parchappe passa a empregar um método de mensuração do crânio que rapidamente se estende a todos os países do mundo – “é incontestável” escreve ele em 1848, “que a diferença orgânica que exprime mais seguramente a diferença inata de capacidade intelectual nos diversos indivíduos da espécie humana é a diferença no volume do cérebro, órgão do pensamento”. Ora, trata-se de uma “característica hereditária” e “esta semelhança hereditária da prole em relação aos pais não compreende apenas as características físicas e orgânicas como tamanho, forma e cor; estende-se até o modo de vida, maneira de andar, som da voz, aptidões intelectuais, caráter moral”. É esse peso da hereditariedade que, conferindo aptidões particulares, determina o lugar social, pois está bem claro que “nos estados modernos, cuja constituição está baseada no princípio da liberdade individual e da igualdade civil, a distribuição das funções sociais está entregue à espontaneidade”. Portanto, os esquemas explicativos das diferenças e desigualdades sociais encontram-se elaborados em nome da própria ideologia igualitária. Antes de Darwin e antes das pesquisas sobre os mecanismos da hereditariedade, o sistema de justificação das desigualdades sociais pelas aptidões naturais, bem como seu caráter hereditário, já se encontra proposto. Esse postulado fundamental que, baseado na constatação das diferenças físicas ou biológicas faz delas o princípio causal das diferenças psíquicas, ou culturais, terá em seguida um belo destino.

[...] As conotações do termo aptidão tornaram-se então progressivamente as de um dado imutável, permanente, hereditário, que determina o destino de um indivíduo; a aptidão perdeu o sentido de característica aleatória que, no século XVIII, lhe conferia a idéia de liberdade humana e, antes do século XVIII, a idéia de liberdade divina. [p.40-41]

O sistema de crenças em nome do qual ela procura justificar as desigualdades sociais, vai se reforçar com o desenvolvimento das ciências biológicas, servindo-lhe de suporte. Os trabalhos de Darwin tiveram, nesse sentido, enorme repercussão, visto que a idéia de uma concorrência vital levando a uma seleção natural e à sobrevivência dos mais aptos afinava-se com a ideologia da “distribuição das funções sociais ligada à espontaneidade” (Parchappe). As desigualdades sociais não são mais relativas a uma ordem social criada pelos homens, mas dependem de uma nova ordem transcendental, de natureza biológica, irreduzível e determinante. Categorizam-se os seres humanos para hierarquizá-los em função dos mesmos critérios de diferenciação dos quais dependem as práticas da criação e da cultura, que forneceram a Darwin os elementos de sua teoria. Gobineau, sistematizando essa ideologia difusa, publica em 1852 o *Essai sur l'inégalité des races humaines*. É a primeira teoria explicitamente racista, que procura demonstrar cientificamente que a hierarquia dos povos e das classes sociais se fundamenta em diferenças biológicas. A dominação de uns por outros é, portanto, natural, inevitável e legítima. Certos povos têm uma “aptidão para um desenvolvimento intelectual indefinido”; os que são privados dessa aptidão podem, certamente, imitar os outros, mas “a imitação não indica necessariamente uma séria ruptura com as tendências hereditárias”. [p.43-44]

Galton procura demonstrar, com a ajuda de um novo método científico, que as diferenças mentais dependem da mesma ordem de fatores de que dependem as diferenças de estatura, e são hereditárias. Quetelet, cujos trabalhos constituíam uma primeira aplicação no domínio dos fatos humanos das descobertas de Gauss sobre as leis da probabilidade, estabeleceu que as estruturas dos indivíduos se distribuem em uma curva normal; Galton infere daí, segundo seu postulado, que as faculdades mentais também devem se distribuir “normalmente”. O método das correlações, através do qual ele mede, de um lado, a intensidade da ligação entre aptidões físicas e mentais e, de outro, as aptidões dos pais e as aptidões dos filhos, permite “verificar” o caráter natural e hereditário das aptidões. [p.44]

[...] Os trabalhos de Binet sobre a inteligência suscitaram um interesse não desvinculado das aplicações práticas que poderiam ser esperadas. Na realidade, suas primeiras pesquisas de tipo clínico sobre a gênese dos processos intelectuais superiores haviam-no conduzido a constatar a variabilidade das formas de

juízo e de raciocínio segundo o meio social da criança examinada. Interessado por esses resultados, o ministério da Instrução Pública pede a Binet para elaborar um instrumento capaz de selecionar as crianças inaptas para uma escolaridade primária normal. Binet renuncia, nessa ocasião, a prosseguir as investigações científicas que lhe permitiriam analisar os processos em jogo na gênese das diferenças constatadas e, em particular, precisar o papel das “influências sociais como a penúria e a miséria das famílias muito numerosas ... “23 Pouco a pouco, ele se volta para uma prática científica puramente empírica; mais tarde, lamentará ter-se deixado envolver por ela. Seus trabalhos sobre o processo de discernimento e raciocínio, onde relativizava a noção de inteligência, cedem lugar à construção de uma escala métrica da inteligência que visa ao estabelecimento de normas fundadas em critérios de utilização social dos indivíduos. A idade torna-se o critério mais importante em função do qual se medem os resultados e seu grau de normalidade. Ora, essa valorização da idade não é independente do campo ao qual Binet aplica seu saber; no caso presente, as instituições escolares, uma vez; admitido o princípio da escolarização obrigatória, fixaram as idades de início e término da escolaridade e decidiram os desempenhos exigidos para cada uma dessas idades. As normas escolares e sociais, através das quais é valorizada a “precocidade” e depreciado o “atraso”, tornam-se e permanecerão a referência central em torno da qual se organizarão as pesquisas sobre as noções de idade mental, quociente intelectual, desenvolvimento. [...] A preocupação maior é encontrar um instrumento de predição; quanto mais os prognósticos dos testes são confirmados, mais trazem a prova da realidade substancial que medem: as aptidões. Diferentes e territorialmente desiguais, somente elas permitem explicar a diferenciação e a hierarquização dos indivíduos e dos grupos sociais. O recurso à noção de aptidão permite justificar as desigualdades de acesso ao ensino e, em consequência, as desigualdades sociais, pois a escola supostamente oferece a todos as mesmas oportunidades de provar as suas “verdadeiras” aptidões verbais, numéricas, mnemônicas, etc. [p.48-49]

Dessa forma, a hierarquia das aptidões se constitui à imagem da hierarquia social: a inteligência geral (fator G) é o apanágio dos dirigentes; capacidades específicas e limitadas caracterizam os que executam. Também as pesquisas sobre as realizações intelectuais dão lugar a análises, cada vez mais refinadas, que conduzem a um rico repertório de aptidões organizadas em uma estrutura complexa; depois, elas procuram apreender a distribuição desigual dessas aptidões em grandes amostras representativas do conjunto da população. Em compensação, as pesquisas sobre as realizações necessárias para a execução de tarefas ditas manuais são feitas segundo uma perspectiva atomística. O interesse científico, nesse caso, não parece mais ser guiado pela mesma preocupação com o conhecimento global da diversidade de aptidões em questão; não se procura saber se elas estão organizadas numa estrutura complexa. A priori, essas tarefas, que se considera como exigindo somente uma força inferior de inteligência, dita “prática”, “mecânica”, demandam sobretudo aptidões específicas como a “destreza manual”, etc. [p.50]

A indagação científica transforma-se aqui em indagação à política escolar e à política de emprego, O fato de a eficácia dos testes nesse campo parecer “provada” basta para justificar uma prática empírica que não vem alterar a questão da ideologia que a sustem. Abrindo novas perspectivas, a ciência dos testes permite que duas exigências dificilmente conciliáveis se tornem compatíveis: de um lado, a necessidade de oferecer a todos oportunidades iguais e, de outro, a necessidade de manter as desigualdades de posição profissional e social. Uma vez recuperada, dentro de uma preocupação de justiça social e de rentabilidade, a pequena margem de “superdotados” das camadas mais baixas da escala social será adaptada ao seu trabalho e ao seu lugar na sociedade. A pesquisa das aptidões fornece apoio científico a uma ordem social assim legitimada. [p.52]

[...] O “meio”, eterno empecilho sem o qual a constatação das verdadeiras aptidões seria bastante simplificada, é concebido como uma realidade de ordem física, exercendo influências puramente mecânicas. Essas influências, arbitrariamente qualificadas de aleatórias, pertencem ao mesmo grupo daquelas às quais são submetidos os animais de laboratório, quando se quer determinar de forma rigorosa as condições de transmissão de um genótipo e as condições de aparição de diversos fenótipos. Parece que é com referência a esses planos experimentais que se afirma a priori que gêmeos colocados num mesmo meio familiar e social sofrem influências idênticas. O desconhecimento da dinâmica das relações em que cada ser humano se encontra envolvido de forma singular desde o seu nascimento Ou mesmo antes e a impermeabilidade à contribuição freudiana originam-se de uma fé cega na transmissão de uma inteligência da qual alguns gênios seriam portadores. A pesquisa centrada na descoberta das causas primeiras que encadeiam os fatos mentais, psíquicos e sociais numa ordem linear e irreversível é projetada segundo os desígnios éticos que orientam sua prática. A indagação, fazendo eco à de Galton e à dos pensadores do século XIX, é formulada referindo-se a um outro campo, o político: “se, de forma definitiva”, escreve C. Burt, “se descobrisse que as considerações dos pioneiros estivessem aproximadamente corretas ... a influência das variações genéticas sobre as dificuldades nacionais e sociais nos dias presentes seria demasiadamente evidente.” [p.55-56]

[...] É claro, esses fatores não são mais considerados, pelo menos explicitamente, como causas das diferenças sociais; ao contrário, sublinha-se o peso das forças econômicas e culturais sobre as condutas concretas e simbólicas dos grupos e dos indivíduos que a elas se acham presos; demonstra-se que a sociedade não utiliza todas as fontes intelectuais disponíveis, pois um certo número de crianças das classes

pobres, caracterizadas por uma inteligência “superior”, não tem objetivamente nenhuma oportunidade de continuar seus estudos. Mas, quaisquer que sejam os objetivos éticos dos autores, o fato de que eles se limitem a constatar a distribuição estatisticamente desigual de aptidões intelectuais – segundo a raça, o sexo, a classe social – furtando-se a estudar a gênese das condutas específicas a certas categorias, privadas dos atributos socialmente valorizados, leva a reforçar a ideologia de que os grupos dominantes só devem o poder à sua superioridade natural, visto que essas categorias são inconscientemente julgadas como diferentes por “natureza”. [p.59]

[...] Para concluir, assinalaremos a permanência do esquema de pensamento que, nascido no século XIX, procura dar conta das desigualdades sociais recorrendo à idéia de desigualdades naturais entre os indivíduos. A escola é um dos lugares privilegiados que permitem perceber como essa ideologia de classe progressivamente se encarnou nas práticas que a exteriorizam em seu desenrolar e que revelam seu impacto ao nível do sistema de pensamento global. Os distúrbios de ordem demográfica, econômica, técnica e política que afetaram o conjunto do sistema social após a II Guerra Mundial, momento em que se abre uma nova era para a economia planificada, repercutiram no conjunto do sistema de ensino, cujo equilíbrio foi então rompido. Quando se impôs a necessidade de reformas escolares, a ideologia das aptidões teve um peso específico na orientação das decisões. No momento em que uma demanda social crescente ameaça modificar qualitativa e quantitativamente o recrutamento dos alunos do secundário, um exame de seleção para o 6º ano permite afastar, em nome da inaptidão, aqueles para quem o ensino secundário pago era antes proibitivo. Progressivamente, as crianças das classes pobres, com aptidões presumidamente menos “complexas” e mais “práticas”, ver-se-ão inscritas em fileiras (escolas técnicas, ciclo de curta duração do secundário, seção moderna) que diminuem suas oportunidades objetivas de futuro escolar e suas possibilidades de escolha. De acordo com essa mesma lógica, a distinção entre os sexos, que se presumia suprimida, se restabelece nos setores institucionais concebidos para responder à diversidade de aptidões: as meninas cuja aptidão verbal é “cientificamente provada” são orientadas para as seções onde predominam as línguas vivas e um ensino de tipo literário; mais raramente para os estudos de tipo científico e técnico que levam a uma formação profissional precisa. Os processos de seleção dessas diferentes categorias, bem cedo eficazes, funcionam, como veremos, até no ensino superior. [p.61-62]

[...] Ora, o termo “aptidão”, tão corrente hoje, adquiriu um sentido não ambíguo, arrastando para seu campo outros termos como capacidade, carregado das mesmas conotações, apesar da vontade de seus utilizadores de romper com a concepção essencialista que a palavra aptidão veicula. A constatação por cientistas das diferenças individuais ou categoriais reforçou o sentido dessa palavra, de forma que as definições do senso comum se enriqueceram com as contribuições da nova ciência dos testes: as definições específicas substituíram, nos dicionários usuais, as definições generalizantes das épocas anteriores a uma corrente de pesquisa que fez da aptidão uma característica definida, mensurável, inata, suscetível de diferenciar os indivíduos. [...] Na linguagem corrente, a palavra aptidão designa, pois, uma característica inata, uma realidade natural, substancial, causal, marcando com o selo da irreversibilidade as condutas concretas dos atores sociais. Se nos mecanismos inconscientes que regulam a percepção dos outros e de si mesmo está envolvido tudo que se diz e tudo que se transmite através das palavras, tudo é dito e tudo é determinado à criança no momento em que a palavra aptidão lhe permite conceitualizar as múltiplas experiências em função das quais se joga com seu futuro de dona-de-casa, professor ou cirurgião.

A ideologia das desigualdades naturais, segregada (secretée) por uma classe social, no momento em que se apossava do poder econômico e depois do político, tornou-se pouco a pouco verdade científica, emprestando sucessivamente da craniometria, da antropometria, da biologia, da genética, da psicologia e da sociologia, que guiavam às vezes sua prática científica, os elementos que lhe permitem provar o fundamento seguro de suas asserções. Mas, por esse mesmo fato, ela se proporcionava os meios para se impor ao conjunto dos grupos sociais que crêem unanimemente no Progresso e na Ciência, valores que presidiram ao nascimento da ideologia das aptidões. [p.64-65]

PINKER, Steven. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (19. Crianças, p.503-540)

As três leis da genética comportamental podem ser as descobertas mais importantes na história da psicologia. Mas muitos psicólogos não se dedicaram seriamente a elas, e a maioria dos intelectuais não as compreende, apesar de terem sido explicadas em matérias de capa de revistas informativas. Isso não acontece porque as leis são confusas; cada uma pode ser expressa em uma frase, e sem parafernália matemática. Acontece porque as leis aniquilam a tábula rasa, e a tábula rasa está tão arraigada que muitos intelectuais não conseguem entender uma alternativa, muito menos argumentar sobre ela ser certa ou errada. Eis as três leis:

- Primeira lei: Todas as características de comportamento humano são hereditárias.
- Segunda lei: O efeito de ser criado na mesma família é menor que o efeito dos genes.
- Terceira lei: Uma porção substancial da variação em características complexas do comportamento humano não é explicada por efeitos de genes ou famílias.

A primeira lei: Todas as características de comportamento humano são hereditárias. Começamos pelo começo. O que é uma “característica de comportamento”? Em muitos estudos, é uma propriedade estável de uma pessoa que pode ser medida por testes psicológicos padronizados. Testes de inteligência pedem às pessoas para dizer uma série de números de trás para a frente, definir palavras como relutante e remorso, identificar o que um ovo e uma semente têm em comum, montar um quadrado com quatro triângulos e fazer a extrapolação de seqüências de padrões geométricos. Testes de personalidade pedem às pessoas para concordar ou discordar de afirmações como: “Freqüentemente atravesso a rua para não encontrar alguém que conheço”, “Não culpo uma pessoa por aproveitar-se de alguém que dá margem a isso”, “Antes de fazer algo, tento pensar em como meus amigos reagirão a isso” e “As pessoas dizem coisas insultantes e vulgares a meu respeito”. Não parece muito confiável, mas o fato é que esses testes foram amplamente validados: fornecem resultados parecidíssimos toda vez que uma pessoa é submetida ao teste, e predizem estatisticamente o que teriam de predizer razoavelmente bem. Os testes de QI prognosticam o desempenho na escola e no trabalho, e os perfis de personalidade correlacionam-se com as avaliações dos outros sobre a pessoa e com os resultados em sua vida, como diagnósticos psiquiátricos, estabilidade no casamento e atritos com a lei. (p.504-505)

[...] Assim que as medições são feitas, a variância da amostra pode ser calculada: o quadrado do desvio padrão da pontuação de cada pessoa em relação à média do grupo. A variância é um número que reflete o grau em que os membros de um grupo diferem entre si. Por exemplo, a variância de peso em uma amostra de cães da raça labrador retriever será menor do que a variância de peso em uma amostra composta de cães de várias raças. (p.505)

[...] A hereditariedade é a proporção da variância em uma característica que se correlaciona a diferenças genéticas. Pode ser medida de vários modos. [...] (p.506)

[...] “Todas as características são hereditárias” é um exagero, mas não grande. Características de comportamento concretas que manifestamente dependem do conteúdo fornecido pelo lar ou pela cultura obviamente não são hereditárias: a língua que falamos, a religião que professamos, o partido político a que pertencemos. Mas as características de comportamento que refletem os talentos e temperamentos básicos são hereditárias: nossa facilidade com o idioma, nosso nível de religiosidade, o grau de nossas convicções liberais ou conservadoras. A inteligência geral é hereditária, e o mesmo vale para os cinco modos principais de variação da personalidade: receptividade à experiência, conscienciosidade, extroversão-introversão, antagonismo-aquiescência, tendências neuróticas. E características que são surpreendentemente específicas revelam-se também hereditárias, como por exemplo a dependência de nicotina ou álcool, o número de horas diante da televisão e a probabilidade de divorciar-se. Finalmente há os irmãos Mallifert no departamento de registro de patentes da charge de Chas Addams e seus correspondentes na vida real: gêmeos idênticos separados ao nascer que na vida adulta se tornaram, ambos, capitães de brigada de incêndio voluntária, que enrolavam no dedo a corrente do pescoço quando respondiam a perguntas ou que disseram ao pesquisador que foi buscá-las no aeroporto (separadamente) que um mancal da roda de seu carro precisava ser trocado. Certa vez, assisti a uma entrevista na qual se perguntou a Marlon Brando sobre as influências na infância que fizeram dele um ator. Ele retrucou que gêmeos idênticos separados ao nascer podem usar o mesmo tônico capilar, fumar a mesma marca de cigarros, passar férias na mesma praia etc. A entrevistadora, Connie Chung, fingiu que roncava como se estivesse assistindo a uma palestra maçante, sem perceber que ele estava respondendo à sua pergunta –ou, mais precisamente, explicando por que não podia respondê-la. Não sendo zero a hereditariedade dos talentos e gostos, nenhum de nós tem como saber se uma característica foi influenciada por nossos genes, por nossas experiências na infância, por ambas as coisas ou por nenhuma delas. Chung não é a única a não entender isso. A primeira lei implica que qualquer estudo que meça algo nos pais e algo em seus filhos biológicos, e então tire conclusões sobre os efeitos da criação dada aos filhos, não tem nenhuma validade, pois as correlações podem simplesmente refletir os genes que pais e filhos têm em comum (pais agressivos podem gerar filhos agressivos, pais tagarelas podem gerar filhos tagarelas). Mas esses dispendiosos estudos continuam a ser lentos e continuam a ser traduzidos em conselhos sobre a criação de filhos, como se a hereditariedade de todas as características fosse zero. Brando deveria ser convidado a ser parecerista nos processos de concessão de financiamento a pesquisas. (p.508)

[...] Um resumo prático das três leis seria: genes 50%, ambiente compartilhado 0%, ambiente único 50% (ou, se quisermos ser tolerantes, genes 40%-50%, ambiente compartilhado 0%-10%, ambiente único 50%). Um modo simples de lembrar o que estamos tentando explicar é: gêmeos idênticos são 50% semelhantes independentemente de terem sido criados juntos ou separados. Tendo isso em mente, observe o que acontece com suas idéias favoritas sobre os efeitos da criação na infância. (p.514-515)

[...] Foi um deus-nos-acuda em 1998 quando Judith Rich Harris, estudiosa desvinculada de instituições acadêmicas (que a imprensa prontamente apelidou de “uma vovó de Nova Jersey”), publicou *The nurture assumption* [*Diga-me com quem anda*, na tradução em português]. Uma matéria de capa da *Newsweek* resumiu o tema: “Do parents matter? A heated debate about how kids develop” [“Os pais são importantes? Um acalorado debate sobre como as crianças se desenvolvem”]. Harris tirou as três leis das revistas

especializadas e tentou fazer que as pessoas reconhecessem suas implicações: a sabedoria convencional sobre a criação de filhos acalentada por especialistas e leigos está errada.

Foi Rousseau quem fez de pais e filhos os principais atores no drama humano. As crianças são bons selvagens, e sua criação e instrução podem permitir que sua natureza essencial floresça ou podem pô-lhes nas costas a corrompida bagagem da nossa civilização. As versões do bom selvagem e da tábula rasa no século xx mantiveram pais e filhos no centro do palco. Os behavioristas afirmaram que as crianças são moldadas pelas contingências de reforço, e aconselharam os pais a não dar atenção à aflição dos filhos pois isso só faria recompensá-los por chorar, aumentando a frequência do comportamento chorão. Os freudianos teorizaram que somos moldados pelo nosso grau de êxito no desmame, aprendizado do uso do vaso sanitário e identificação com o genitor do mesmo sexo, e aconselharam os pais a não levar os bebês para a cama do casal, pois isso despertaria desejos sexuais prejudiciais. Todos teorizaram que distúrbios psicológicos poderiam ser culpa das mães: o autismo poderia ser atribuído à frieza materna, a esquizofrenia a seus “dilemas”, a anorexia à pressão que elas fazem para que as meninas sejam perfeitas. A baixa auto-estima foi atribuída a “pais tóxicos”, e todos os demais problemas a “famílias disfuncionais”. Em muitos tipos de psicoterapia, os pacientes distraem-se em seus cinquenta minutos de sessão revivendo conflitos da infância, e a maioria das biografias escava a infância do biografado em busca das raízes das tragédias e triunfos do adulto.

A esta altura, a maioria dos pais instruídos acredita que tem nas mãos o destino de seus filhos. Querem que seus rebentos sejam populares e autoconfiantes, que tirem boas notas e permaneçam na escola, que evitem drogas, álcool e cigarro, que evitem ter filhos na adolescência, que se mantenham do lado certo da lei e que tenham um casamento feliz e sucesso na profissão. Uma multidão de especialistas em criação de filhos fornece-lhes conselhos, sempre mutáveis no contexto, sempre imutáveis na certeza, sobre como obter esses resultados. A receita atual é mais ou menos a seguinte: os pais devem estimular seus bebês com brinquedos coloridos e experiências variadas. (“Leve-os para o ar livre. Deixem que sintam a casca de uma árvore”, aconselhou um pediatra que se sentou comigo no mesmo sofá em um programa matinal de televisão.) Devem ler para seus bebês e conversar com eles tanto quanto possível para promover o desenvolvimento da linguagem. Devem interagir e comunicar-se com os filhos em todas as idades, e nenhum tempo gasto nisso será demais. (A “qualidade do tempo”, a idéia de que os pais que trabalham fora poderiam passar um intervalo concentrado de tempo com os filhos entre o jantar e a hora de dormir para compensar a ausência durante o dia rapidamente se tornou piada nacional; foi vista como uma racionalização das mães que não queriam admitir que suas carreiras estavam comprometendo o bem-estar de seus filhos.) Os pais devem estabelecer limites firmes mas razoáveis, sem autoritarismo mas sem desregramento. O castigo físico de qualquer tipo está fora de questão, pois perpetua um ciclo de violência. Os pais também não devem depreciar os filhos nem dizer que eles são ruins, pois isso prejudica sua auto-estima. Ao contrário, devem cobri-los de abraços e afirmações de amor e aprovação incondicionais. E os pais devem comunicar-se intensivamente com os filhos adolescentes e interessar-se por todos os aspectos de suas vidas. (p.515-517)

[...] Todas essas diferenças entre pais e lares não têm efeitos de longo prazo previsíveis sobre as personalidades dos filhos. Falando sem rodeios: boa parte dos conselhos de especialistas sobre criação de filhos é bobagem.

Mas decerto os conselhos são fundamentados em pesquisas sobre desenvolvimento infantil, não são? Sim, nos muitos estudos inúteis que mostram uma correlação entre o comportamento dos pais e o comportamento de seus filhos biológicos e concluem que a criação moldou a criança, como se não existisse a hereditariedade. E, de fato, os estudos são ainda piores do que isso. Mesmo se não existisse a hereditariedade, uma correlação entre pais e filhos não implicaria que as práticas de criação moldam as crianças. Implicaria que as crianças moldam as práticas de criação. Como qualquer pai que tem mais de um filho sabe muito bem, as crianças não são porções indistinguíveis de matéria-prima prontas para ser moldadas. São pessoas pequeninas, nascidas com personalidades. E as pessoas reagem às personalidades das outras pessoas, mesmo se uma delas for um pai e a outra for um filho. Os pais de uma criança afetuosa podem retribuir esse afeto e, com isso, agir diferente dos pais de um filho que se debate e limpa os beijos que lhe dão. Os pais de uma criança quieta e avoadada podem ter a impressão de que estão falando com a parede e conversar menos com ela. Os pais de uma criança dócil podem conseguir impor limites firmes mas razoáveis; os pais de um endiabrado podem se desesperar e relaxar as regras ou desistir de vez. Em outras palavras, correlação não implica causalção. Uma correlação entre pais e filhos não significa que os pais afetam os filhos; poderia significar que os filhos afetam os pais, que os genes afetam tanto pais como filhos, ou ambas as coisas. (p.519-520)

[...] Se os estudos de genética comportamental não indicam efeitos duradouros do lar e os estudos das práticas de criação de filhos não são informativos, que dizer dos estudos que comparam ambientes radicalmente distintos na infância? Os resultados, mais uma vez, são alentadores. Décadas de estudo demonstraram que, sendo tudo o mais igual, os filhos crescem de modo muito semelhante independentemente de a mãe ficar em casa ou trabalhar fora, de serem postos em creches ou não, de terem irmãos ou serem filhos únicos, de os pais terem um casamento convencional ou aberto, de crescerem em um

lar tradicional ou em uma comunidade hippie, de suas concepções terem sido planejadas, acidentais ou em um tubo de ensaio, e de terem dois pais do mesmo sexo ou um de cada sexo. (p.521)

[...] E, surpreendentemente, se as crianças realmente evocassem diferenças sistemáticas no modo de criá-las, isso mostraria ser efeito dos genes: seria explicado pela hereditariedade, e não pelo ambiente único. (p.523)

Se você cresceu em uma parte do mundo diferente daquela onde cresceram seus pais, reflita sobre esta questão: seu modo de falar é parecido com o de seus pais ou com o das pessoas com quem você cresceu? E quanto ao modo como você se veste, ou a música que ouve, ou o modo como passa seu tempo livre? Reflita sobre essa mesma questão em relação a seus filhos, caso eles tenham crescido em uma parte do mundo diferente daquela onde você cresceu – ou, na verdade, mesmo se vocês e eles tiverem crescido no mesmo lugar. Quase invariavelmente, as pessoas moldam-se conforme seus iguais, e não conforme seus pais.

Essa é a explicação de Harris para o misterioso moldador ambiental da personalidade, uma teoria que ela denomina socialização do grupo. Não está tudo nos genes, mas o que não está nos genes também não está nos pais. A socialização – adquirir as normas e habilidades necessárias para operar em sociedade – acontece no grupo de iguais. As crianças também têm culturas, que absorvem partes da cultura dos adultos e adicionalmente desenvolvem normas e valores próprios. As crianças não passam suas horas tentando tornar-se aproximações cada vez mais perfeitas de adultos. Empenham-se por tornar-se crianças cada vez melhores, que funcionem bem em sua própria sociedade. É nesse cadinho que nossas personalidades são formadas. (p.527)

[...] Então Harris resolveu o mistério da terceira lei, o ambiente único que não provém dos genes nem da família? Não exatamente. Estou convencido de que as crianças são socializadas – de que adquirem os valores e habilidades da cultura – no grupo de iguais, e não na família. Mas não estou convencido, ao menos não ainda, de que os grupos de iguais explicam como as crianças desenvolvem suas personalidades – por que se tornam tímidas ou ousadas, ansiosas ou confiantes, receptivas ou conservadoras. Socialização e desenvolvimento da personalidade não são a mesma coisa, e o grupo de iguais pode explicar a primeira sem necessariamente explicar o segundo. (p.534)

[...] Harris admite francamente essa limitação, e aventa que as crianças diferenciam-se âmbito cada grupo, algumas se tornam líderes, outras soldados rasos, ou bobos da corte, cabeças-quentes, sacos de pancadas ou mediadoras, dependendo do nicho que estiver disponível, do quanto a criança está apta para ocupá-lo, e do acaso. Quando uma criança adquire um papel, é difícil livrar-se dele, porque as demais a forçam a permanecer no nicho e porque a criança se especializa nas habilidades necessárias para prosperar nele. Esta parte da teoria não foi testada, resalta Harris, e é difícil testar, pois o crucial primeiro passo – que criança ocupa que nicho em que grupo – é muito imprevisível.

O preenchimento dos nichos nos grupos de iguais, portanto, é em boa medida decorrente do acaso. (p.535)

[...] Sim, é decepcionante que não exista um algoritmo para criar uma criança feliz e bem-sucedida. Mas será que realmente gostaríamos de especificar de antemão as características de nossos filhos e nunca nos maravilhar com os imprevisíveis dons e peculiaridades que cada criança traz ao mundo? As pessoas ficam consternadas com a clonagem humana e sua dúbia promessa de que os pais poderão projetar seus filhos usando a engenharia genética. Mas que diferença há entre isso e a fantasia de que os pais podem projetar seus filhos segundo o modo como os criam? Pais realistas seriam pais menos ansiosos. Poderiam desfrutar seu tempo com os filhos em vez de constantemente tentar estimulá-los, socializá-los e melhorar seu caráter. Poderiam ler histórias para os filhos por prazer, e não porque é bom para seus neurônios.

Muitos críticos acusam Harris de tentar eximir os pais da responsabilidade pela vida dos filhos: se estes não crescerem de um jeito satisfatório, os pais podem dizer que não têm culpa nenhuma. Mas, pelo mesmo raciocínio, Harris está atribuindo aos adultos a responsabilidade por suas próprias vidas: se sua vida não vai bem, pare de reclamar que é tudo culpa de seus pais. Ela está salvando as mães das ilusórias teorias que as culpam por todos os infortúnios que se abatem sobre seus filhos, e dos críticos sabichões que as fazem sentir-se uns monstros se saírem furtivamente de casa para trabalhar ou deixarem por uma noite de ler Chapeuzinho Vermelho. E a teoria nos atribui uma responsabilidade coletiva pela saúde das regiões e culturas nas quais os grupos de iguais estão arraigados. (p.538)